

Pregão	90132/2025				
Data de Abertura	12/12/2025				
Empresa	CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI				
CNPJ	02.604.476/0001-67				
Check List Relativo às planilhas de Formação de Custos					
1.	Verificações prévias	Sim	Não	Não se aplica	
1.1	Edital exige salários mínimos?	x			
1.2	Há exigência de valores mínimos de benefícios?	x			44,07 Vale Alimentação
1.3	Há condição diferenciada de férias (períodos de recesso sem exigência de substituição, etc.)?	x			Sim, alguns postos não exigem substituto para o profissional ausente. Proposta de acordo com o Edital.
2.	Verificações na planilha				
2.1	Em caso de resposta positiva ao item 1.1, a proposta atende aos valores mínimos de salários definidos no edital?	x			
2.2	Foi apresentada a CCT a qual se vincula a empresa (CLT art. 511 § 2º)?	x			Foram apresentadas as CCT's que englobam todos os postos de trabalho.
2.3	Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), os valores da proposta estão abaixo dos valores estimados para empresas desoneradas (no edital, estes valores são diferentes dos valores estimados para empresas sem este benefício)?	x			
2.4	Em caso de resposta negativa ao item 1.1, a proposta atende aos pisos salariais estipulados na CCT apresentada?			x	
2.5	O RAT apresentado na proposta condiz com o SAT/RAT associado ao CNAE PREPONDERANTE na GFIP da empresa (vide Anexo V do RPS (Decreto nº 3048/99) c/c Anexo I da IN RFB 1.027/2010 e Anexo I da IN RFB 1.071/2010)?	x			
2.6	Caso haja incidência de FAP sobre o RAT, foi apresentado o comprovante?	x			
2.7	Foi apresentado o memorial de cálculo de cada percentual constante nas planilhas de formação de custos, bem como de cada item cotado nos módulos 2 e 3 (equipamentos, uniformes, EPs, etc)?	x			
2.8	Caso haja adicional noturno, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou memorial de cálculo pelo padrão da CLT, adaptado à situação da contratação)?	x			
2.9	Caso haja adicional de periculosidade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário base)?			x	
2.10	Caso haja adicional de insalubridade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário mínimo vigente)?			x	
2.11	Caso haja cotação de horas extras de forma habitual, estas foram calculadas corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT)?			x	
2.12	Caso haja cotação de materiais ou equipamentos, foram observadas as condições de depreciação estipuladas pela ADVOSFI)?	x			
2.13	Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), foi apresentada a fundamentação legal e cotado corretamente o INSS sobre o faturamento? Os percentuais de desoneração estão corretos?	x			
2.14	Os cálculos estão efetuados corretamente, de acordo com a planilha padrão de conferência (incluindo cálculo de impostos "por dentro" e cálculo de percentuais de despesas administrativas e lucro na forma definida na IN 02/2008, ou seja, despesas administrativas incidem sobre o total dos módulos 1 a 4; lucro incide sobre o total dos módulos 1 a 4 acrescidos das despesas administrativas; impostos incidem sobre o valor final)?		x		<p>O cálculo da incidência do 4.1 sobre os módulos 4.3 e 4.4 não estão de acordo. O correto seria para o 4.3 usar a fórmula =ARRED(C41*C48/7), o que resultaria na alíquota de 0,00752%. E para o 4.4 a fórmula =ARRED(C54*C541/7), o que resultaria na alíquota de 0,31578%. Essa fórmula justifica-se pela regra de multiplicar o valor do encargo do módulo pelo somatório do módulo 4.1.</p> <p>Além disso, os itens 1.4, 1.12 e 1.13 apresentam erro de cálculos do Auxílio transporte. Para o item 1.4, aplicando-se a fórmula devida (=SE[5,5*22-6%*D7&lt;0;0;5,5*22-6%*D7], o valor deveria ser 0 (zero), porém está negativo e reduzindo o valor total do módulo. Para os itens 1.12 e 1.13, a fórmula a ser aplicada é: (=SE[5,5*2*15-6%*D7&lt;0;0;5,5*2*15-6%*D7], o que também resulta em 0 (zero), porém, assim como no item 1.4, o valor está negativo, resultando em diminuição no somatório do módulo.</p>
2.15	Os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado e de suas respectivas multas são coerentes com a sistemática explanada pela SCISF?	x			
2.16	Os cálculos de arredondamento são condizentes com as disposições do Ato nº 20 de 2010 do Primeiro-Secretário (inclusive no resumo)?	x			
2.17	Os benefícios previstos em CCT estão cotados na proposta (observar que o Plano de Saúde na CCT do SEAC/SINDISERVICOS não pode ser aceito, tendo em vista o posicionamento da ADVOSFI)?	x			
2.18	Caso não cotado algum benefícios previsto em CCT, há justificativa válida apresentada pela empresa?			x	
2.19	Há alguma categoria com fator K superior a 2,70 sem justificativa plausível (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?	x			<p>Os itens 1.9 e 1.10 estão acima de 2,70. Essa situação já foi prevista na estimativa de custos e é esperada devido aos valores mais baixos dos salários para esses cargos.</p> <p>Fator K = 2,369, Desp. Adm = 3,24330%, Lucro = 3,37309%</p>
2.20	No caso da empresa se beneficiar da desoneração, mesmo que o fator K seja menor que 2,70, há valores abusivos de lucro, despesas administrativas ou quaisquer outros elementos da planilha (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?		x		<p>Vale destacar que a que o item B.4 do edital cita que os custos relacionados aos materiais considerados consumíveis deverão ser previstos na planilha de composição de custos de mão de obra. Solicita-se confirmação, caso a empresa tenha previsto esses valores nos custos indiretos, ou ajuste nesses valores, se for o caso.</p>
2.21	Os percentuais decorrentes de obrigação legal foram cotados corretamente?	x			
2.22	Os percentuais decorrentes de dados estatísticos foram calculados corretamente e possuem justificativas plausíveis?	x			<p>A licitante demonstrou os cálculos estatísticos (afastamento maternidade, paternidade, faltas legais etc) de acordo com a sua realidade operacional. Cabe apenas destacar que caso haja erro de dimensionamento em algum desses itens, esses não poderão ser objeto de solicitação de repactuação futura, em atendimento ao Parágrafo Oitavo da Cláusula Segunda da minuta de contrato prevista no edital:</p> <p><b>PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:</b></p> <p><b>I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;</b></p> <p><b>II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.</b></p>
2.23	No caso de haver outros itens na contratação sem relação com terceirização, os cálculos aritméticos foram efetuados corretamente?			x	
2.24	As verbas variáveis foram calculadas de acordo com o número de dias considerados usualmente pelo Senado (22 dias para 2ª a 6ª; 15 dias para escala 12x36; 26 dias para 2ª a sábado)? Em caso negativo, foram apresentadas as devidas justificativas?	x			
2.25	Foi cotada indevidamente Contribuição Assistencial?			x	
2.26	O valor do auxílio-alimentação obedece ao estipulado pela decisão da Comissão Diretora do Senado Federal (R\$ 44,07 ao dia por empregado, no mínimo)	x			
2.27	A planilha foi apresentada na forma mais atualizada?	x			